

# ESTUDO DAS POSSIBILIDADES DE ENQUADRAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS EM PROJETOS “REGIONAIS” JUNTO AOS COMITÊS PCJ

*Francisco Carlos Castro Lahóz<sup>1</sup>; Karla Carolina Balan Yanssen<sup>2</sup>; Vanessa Cristina Bortolazzo<sup>3</sup> & Bruna Luciana Della Coletta<sup>4</sup>*

**RESUMO** --- Nas bacias PCJ, desde 1994 quando se passou a distribuir recursos provenientes do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos – FEHIDRO (Royalties da Energia Elétrica) criou critérios técnicos para hierarquização dos projetos pleiteantes a tais recursos. Posteriormente com a criação da Região Metropolitana de Campinas estabeleceu-se o desafio da realização de 100% dos tratamentos dos esgotos em tal região e para tanto são necessários recursos. Neste trabalho pretende-se discutir a possibilidade de enquadrar a Região Metropolitana de Campinas com preferencial junto aos Comitês PCJ.

**ABSTRACT** --- In basins PCJ, since 1994 when it started to distribute resources proceeding from Deep the State one of the Hídricos Resources - FEHIDRO (Royalties of the Electric Energy), it created criteria technician for hierarquização of the pleading projects to such recursos. Posteriormente with the creation of the Region Metropolitan of Campinas established the challenge of the accomplishment of 100% of the treatments of the sewers in such e region for in such a way they are necessary resources. In this work it is intended to argue the possibility to fit the Region Metropolitan of preferential Campinas with together to Committees PCJ.

**Palavras-chave:** Região metropolitana, recursos, gestão.

---

<sup>1</sup> Secretário Executivo do Consórcio PCJ, Coordenador Geral da Agência de Água PCJ, Engenheiro Civil, Especialista em Gestão dos Recursos Hídricos, Rua Alfredo Guedes, 1949 – Sala 802 - CEP: 13416-901- Piracicaba – francisco@agua.org.br

<sup>2</sup> Consultora da Agência de Água PCJ, Engenheiro Civil, Rua Alfredo Guedes, 1949 – Sala 810 - CEP: 13416-901- Piracicaba – karla@agua.org.br

<sup>3</sup> Bacharelado em Engenharia Ambiental, , Rua Alfredo Guedes, 1949 – Sala 802 - CEP: 13416-901- Piracicaba – vanessa@agua.org.br

<sup>4</sup> Bacharelado em Engenharia Civil, , Rua Alfredo Guedes, 1949 – Sala 802 - CEP: 13416-901- Piracicaba – bruna@agua.org.br

## 1 – INTRODUÇÃO

As Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí têm 15.303 Km<sup>2</sup> que estão em sua maior parte o Estado de São Paulo (92,6%) e o restante (7,4%) no Estado de Minas Gerais. As Bacias PCJ são compostas por 76 municípios dos quais 61 têm sede na região. Desses, 57 estão no Estado de São Paulo e 4 em Minas Gerais. Dos municípios que têm território na região PCJ e sede em outras Bacias, 14 estão em São Paulo e 1 em Minas Gerais. Com aproximadamente 5 milhões de habitantes, a região é considerada uma das mais importantes do Brasil devido ao seu desenvolvimento, que representa cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional.

No entanto, a escassez dos recursos hídricos ameaça toda essa prosperidade. A produção de água durante a estiagem fica em situação crítica para o abastecimento, cuja demanda é de 14,5 m<sup>3</sup>/s para uso industrial 9,1 m<sup>3</sup>/s para uso urbano. A situação se agrava com a reversão de 31 m<sup>3</sup>/s de água, pelo Sistema Cantareira, para o desenvolvimento de aproximadamente 50% da população da Região Metropolitana de São Paulo, cerca de 8,8 milhões de pessoas. A má qualidade da água também contribui para a escassez na região das bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que dispõem atualmente de 36% do esgoto doméstico tratado e de 75% das cargas industriais removidas. Os rios recebem uma carga remanescente de cerca de 157 tDBO/dia de esgotos domésticos e 8,3 tDBO/dia de efluentes industriais.

### 1.1– Área de Abrangência

As bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí localizam-se entre as coordenadas geográficas 45° 50' e 48° 30' de longitude oeste e 22° 00' e 23° 20' de latitude sul, e abrangem uma área de 15.303,67 km<sup>2</sup>, o que equivale ao território integral de 58 municípios paulistas e 4 mineiros, assim como a parte do território de outros 14 municípios, sendo 13 paulistas e 1 município mineiro.

As bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí fazem parte da bacia do rio Tietê em sua porção média. No contexto do Estado de São Paulo, inserem-se na região leste/nordeste até os limites com o Estado de Minas Gerais, chegando inclusive, a abranger uma pequena parte do seu território.

As bacias PCJ têm 92,6% de sua extensão localizada no Estado de São Paulo e 7,4%, no Estado de Minas Gerais, apresentando extensão aproximada de 300 km no sentido leste-oeste e 100 km no sentido norte-sul.

A porção da área de projeto localizada no Estado de São Paulo é denominada Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos n.º 5 Capivari e Jundiaí, fazendo divisa ao norte com a UGRHI-9 (Mogi-Guaçu), a leste com MG, a sudeste com a UGRHI-2 (Paraíba do Sul). Ao sul com

a UGRHI-6 (Alto Tietê), oeste/sudoeste com a UGRHI-10 (Sorocaba – Médio Tietê) e a noroeste com a UGRHI-13 (Tietê – Jacareí).

## 1.2 – Definição de Bacias e Sub – Bacias

As bacias PCJ são formadas por três rios principais, rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. A bacia do rio Piracicaba drena as águas dos rios Piracicaba, Corumbataí, Jaguari, Camanducaia e Atibaia.

A Bacia do Rio Piracicaba apresenta um desnível topográfico de cerca de 1250 m em uma extensão aproximadamente de 250km, desde suas cabeceiras na Serra da Mantiqueira, no Estado de Minas Gerais, até a sua foz no Rio Tietê. A Bacia do Rio Capivari apresenta um desnível topográfico de 250 m e uma extensão de 180 km, desde as cabeceiras na Serra do Jardim, entre os municípios de Itatiba e Jundiaí e a montante de Louveira até a foz, no Rio Tietê, município de Tietê. A Bacia do Rio Jundiaí apresenta desnível topográfico da ordem de 500 m, desde suas cabeceiras na Serra da Pedra Vermelha, no município de Mairiporã até sua foz em Salto no Rio Tietê percorrendo cerca de 110 km.

Quadro 1 – Área das principais Sub – Bacias PCJ

SUB - BACIA	Área em SP (km <sup>2</sup> )	Área em MG (km <sup>2</sup> )	Área Total (km <sup>2</sup> )
Piracicaba	3.700,79	-----	3.700,79
Camanducaia	870,68	159,32	1.030,00
Jaguari	2.323,42	966,58	3.290,00
Atibaia	2.828,74	39,98	2.868,74
Corumbataí	1.679,19	-----	1.679,19
Total Piracicaba	11.402,82	1.165,88	12.568,72
Total Capivari	1.620,92	-----	1.620,92
Total Jundiaí	1.114,03	-----	1.114,03
Total	14.177,77	1.165,88	15.303,67

Fonte: Relatório de Situação 2002/2003

## 1.3– Interfaces Relevantes nas Bacias PCJ

A ausência de um planejamento integrado da infra – estrutura de saneamento ambiental e das políticas de uso e ocupação do solo nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí configura algumas interfaces, ocasionalmente conflitantes, em recursos hídricos na região que merecem destaque:

Sistema Cantareira: reversão das águas na bacia do rio Piracicaba (até 31 m<sup>3</sup>/s) para abastecimento da RMSP. As águas nascentes dos rios Jaguari e Atibaia encontram – se no Estado

de Minas Gerais, porém escoam para o Estado de São Paulo e são utilizadas e grandes partes para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP;

Município de Jundiaí: reversão de até 1200 L/s do rio Atibaia para o Rio Jundiaí – Mirim;

Município de Campinas: captação de aproximadamente 4000 L/s no rio Atibaia, dos quais aproximadamente 50% são revertidos através de esgotamento para as bacias dos rios Capivari e Piracicaba (ribeirão do Quilombo);

Municípios de Paulínia, Hortolândia e Monte Mor: reversão de até 900 L/s do rio Jaguari para as bacias dos rios Atibaia, Capivari e Piracicaba (ribeirão Quilombo), através do sistema integrado de abastecimento destes municípios.

#### **1.4 – A Região Metropolitana de Campinas**

O processo histórico de ocupação e formação do território da Região Metropolitana de Campinas e arredores, onde se situam as bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, relaciona-se com o ciclo do ouro e com a autonomia almejada pela até então província, marcada pelo estímulo ao efetivo povoamento pelo Governador-geral Morgado de Mateus, o que atraiu famílias vindas, principalmente, de Taubaté no Vale do Paraíba.

Neste primeiro momento notamos a presença de atividades ligadas à subsistência, o apoio às atividades mineradoras e à ação dos Bandeirantes. Contudo, essas atividades foram aos poucos sendo substituídas pela cultura de cana-de-açúcar, a qual devido ao acréscimo populacional, às estruturas produtivas e de comercialização implantadas viabilizando o contato com outras áreas, fincou os marcos constitutivos dessa região.

O ciclo da cana-de-açúcar trouxe consigo também o crescimento, a melhoria e a diversificação do sistema viário. Até fins do século XVIII, as principais vias de comunicação em São Paulo eram a ligação com o Vale do Paraíba e o Rio de Janeiro (norte); o caminho do sul para Curitiba, passando por Sorocaba; a via das monções, para o Mato Grosso, usando o rio Tietê a partir de Porto Feliz; e o caminho de Goiás, que ligava São Paulo a Jundiaí, Campinas, Mogi- Mirim, Casa Branca e Franca. A ligação a Porto Feliz e Itu com Piracicaba foi estabelecida no começo do século XIX.

Assim, foram estabelecidas e, hoje, são extremamente fortes as relações entre São Paulo, a Região de Sorocaba e Vale do Paraíba, atingindo área da bacia hidrográfica do rio Mogi – Guaçu e, por meio delas, a região do Triângulo Mineiro, com destaque para a posição geográfica da cidade de Campinas.

A cidade de Campinas, em consequência, das condições naturais do Estado de São Paulo e das atividades econômicas dominantes nos séculos XVIII e início do XIX, foi paulatinamente

consolidando-se, a partir de uma vila desmembrada de Jundiaí, e atinge a posição de capital agrícola do Estado com a expansão da cultura cafeeira e a constituição do denominado “complexo cafeeiro paulista”, o qual lançou as bases para o estabelecimento industrial na região.

Quando se refere à Campinas, é importante lembrarmos que esse município abrangia, até início do século XIX, inúmeros núcleos urbanos e distritos que foram emancipados ao longo do tempo, destacando-se Americana e Santa Bárbara D’Oeste. Da mesma maneira, outras vilas criadas no século XVIII detinham territórios que continham os atuais municípios como é o caso de Mogi - Mirim, Bragança Paulista e Piracicaba.

A dinâmica territorial, acelerada no século XIX, solidificada na formação de municípios e distritos, denota a complexidade regional que é uma das características do que hoje é a Região Administrativa de Campinas. Tal dinâmica possui correlações positivas com as condições de produção e comercialização do café, ou seja, a formação de núcleos urbanos guarda relações diretas com as estações ferroviárias. Vale ressaltar também, que a dinâmica territorial é marcada pela presença de imigrantes, notadamente os de origem européia, os quais estabeleceram-se na região, implantando suas colônias em Jundiaí, no bairro Traviú, em Indaiatuba, no bairro Helvetia, além de Nova Odessa, Americana e Holambra.

O processo de desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo transformou a região das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí em uma das frentes mais desenvolvidas da economia paulista, merecendo destaque à elevada diversificação de sua base produtiva e a importância da presença de plantas industriais intensivas em capital e tecnologia, concentradas principalmente nos municípios de Sumaré, Indaiatuba e Paulínia. Não se pode deixar de citar que o privilégio dessa região de se localizar junto a eixos vários de ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo –RMSP-, o interior do Estado e o Triângulo Mineiro, exerceu um fator de atração para as empresas que buscavam e buscam localizar-se fora da grande São Paulo.

Além dessas vantagens advindas da localização industrial estratégica, essa bacia hidrográfica contou com um forte impulso de políticas públicas de incentivo à substituição da matriz energética (Pró-Álcool) e às culturas exportadoras, o que culminou na criação de um dos pólos agro-industriais de maior relevância do Estado.

Essa agroindústria desenvolveu-se vinculada à melhoria tecnológica, destacando-se as produções de açúcar, álcool e suco concentrado de laranja, especialmente nos municípios de Piracicaba e Limeira, e a produção de frutas, laticínios, aves e suínos, nas cidades de Jundiaí, Atibaia, Vinhedo e Bragança Paulista. Tem destaque também o desenvolvimento das indústrias que processam matérias-primas, como papel, papelão, couros, peles e tecidos.

## **2 – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DOS COMITÊS PCJ**

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, promovem a distribuição dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, desde 1994.

Tais recursos são oriundos de “royalty” que é repassado do Governo do Estado de São Paulo, devido às áreas inundadas para a geração de energia elétrica. São repassados recursos, anualmente, através da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo para os 21 (vinte e um) Comitês das Bacias Hidrográficas, conforme normas, regras e critérios estabelecidos pelos gestores do recurso.

Os Comitês PCJ, desde seu primeiro repasse dos recursos do FEHIDRO para os tomadores das bacias PCJ, estabeleceu regras, critérios técnicos e administrativos, de forma a garantir imparcialidade e respeitabilidade do sistema e o cumprimento ao estabelecido pelo FEHIDRO.

Foram criados critérios de pontuação para permitir, de forma técnica, a pontuação dos pleiteantes aos recursos. Ao longo dos anos tais critérios foram sendo adequados, com discussões prévias nas Câmaras Técnicas e aprovação final, pelo Plenário dos Comitês PCJ. Os critérios atuais encontram-se no site dos Comitês PCJ (<http://www.comitepcj.sp.gov.br>), conforme Deliberação Conjunta nº063/07.

A comissão de avaliação dos projetos acumulou ao longo dos anos “know how” no assunto, permitindo elencar as principais dificuldades e equívocos por parte dos tomadores aos recursos.

O principal foco dos problemas, nos últimos anos, tem ficado com a “Ficha de Pré Inscrição dos Projetos”, onde o preenchimento de última hora tem causado sérios transtornos. As documentações, certidões negativas de débito e as licenças ambientais lideram a lista dos principais problemas.

Em 2005, os Comitês PCJ através das deliberações nº 024/05 e 025/05 autorizaram o Consórcio PCJ a exercer, temporariamente, as funções de Agência de Água em apoio aos Comitês PCJ e estabeleceram valores, regras e procedimentos, permitindo a implantação da Cobrança pelo Uso da Água nos rios Atibaia, Camanducaia, Jaguari e Piracicaba que são de domínio da União e pertencentes as bacias PCJ.

A cobrança teve início em janeiro de 2006, e foram distribuídos os 10,8 milhões de reais previstos de serem arrecadados no ano.

### **2.1 – Processo de Seleção e Hierarquização**

Os Comitês PCJ deliberaram que, as mesmas regras, procedimentos e critérios adotados para

os recursos do FEHIDRO seriam utilizados para a cobrança federal PCJ.

O processo de inscrição e hierarquização é feito de forma conjunta e os recursos são distribuídos na totalidade da soma das duas fontes financeiras. O total disponibilizado em 2006 somou aproximadamente 15 milhões de reais.

No corrente ano, os Comitês PCJ aprovaram sua deliberação visando a implantação nos rios de domínio do estado, integrantes das bacias PCJ, a partir de 2007. A atualização do Cadastro de Usuários e outras providências estão sendo tomadas para permitir que tal aconteça.

Com a cobrança estadual instalada os valores disponibilizados pelo FEHIDRO para as bacias PCJ irão ampliar.

Preventivamente a distribuição dos recursos 2007, cuja pré-inscrição de projetos pelos tomadores de recursos ocorre a partir de outubro/06, os Comitês PCJ deliberaram pela aplicação de um projeto denominado de “Capacitação em Captação de Recursos Provenientes do FEHIDRO e Cobrança Pelo Uso da Água”. A Agência PCJ ficou encarregada da montagem do curso, sua estruturação e coordenação de sua aplicação.

O curso foi organizado em duas etapas, sendo a primeira denominada “Ciclo de Debates” e foi desenvolvida no mês de junho de 2006, constando de 5 (cinco) palestras permitindo cobertura territorial para toda a bacia PCJ, de forma que ocorreram deslocamentos dos alunos, no máximo por cem quilômetros de equidistância.

Contando com a parceria da CETESB, IGAM - MG, DAEE, DEPRN, ANA, Secretaria Nacional dos Recursos Hídricos - SNRH, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, SABESP, Associação de Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba, CIESP-Jundiaí, PUCCAMP, CIESP/FIESP-Bragança Paulista, ONG Elo Ambiental, SANASA - Campinas, Prefeitura Municipal da Estância de Atibaia, Prefeitura Municipal de Itatiba, UNESP- Rio Claro, Prefeitura Municipal de Camanducaia, ONG Soridema, dentre outros. Foram apresentados o Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos, regras e critérios estabelecidos pelos Comitês PCJ e organismos financiadores para os tomadores de recursos.

Foram abordadas as exigências quanto a licenças ambientais, quais as atribuições de cada órgão, prazos para obtenção das licenças e documentos em geral, entre outras. Comentou - se também, as dificuldades dos últimos anos, quanto as inscrições e aprovações dos projetos e para prestação de contas para os recursos liberados.

Procurou-se uma aproximação entre os organismos gestores e a comunidade dos Comitês PCJ, Agência PCJ, Secretaria Executiva dos Comitês PCJ e demais parceiros com o intuito de minimizar as dúvidas e evitar entraves quando do protocolo dos projetos para a solicitação de recursos.

Aos participantes foi repassada a tarefa para que levassem as informações para suas entidades e instituições de origem, permitindo que fossem indicados para o “Curso de Capacitação” (segunda etapa do projeto) as pessoas que realmente irão elaborar ou coordenar a elaboração dos projetos e dos processos de solicitação de recursos.

Após a conclusão da primeira etapa, cujas palestras tiveram duração de quatro horas, a Agência PCJ declarou aberto o plantão de dúvidas sobre os assuntos tratados no Ciclo de Debates.

## **2.2 – Critérios de Pontuação – Projeto Regional**

Conforme Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº063/07:

Artigo 1º - Os recursos do FEHIDRO e da Cobrança PCJ, do orçamento de 2006, foram distribuídos conforme segue:

Foi Deliberado pelos Comitês PCJ que 10% do total de recursos distribuídos aplicados em projetos de Caráter Regional.

Com Abrangência a Projetos de Caráter Regionais teríamos:

Artigo 8º - Serão considerados "empreendimentos de caráter regional" aqueles que atendam os requisitos abaixo:

a) Contemplem somente monitoramento (projeto, equipamentos, estudos, etc.), planejamento (estudos, planos e diagnósticos), capacitação e campanhas de uso racional da água, de acordo com o estabelecido no Anexo II;

b) Obtenham "Atestado de Análise", conforme modelo constante do Anexo III da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ/032/2005, de 30/11/2005, de, pelo menos, uma Câmara Técnica dos Comitês PCJ;

c) As atividades de planejamento e monitoramento devem ter abrangência de toda área física da sub-bacia envolvida e as atividades de capacitação devem garantir a possibilidade de participação de pessoas oriundas de todos os municípios das sub-bacias envolvidas.

d) As sub-bacias referidas no item anterior serão divididas, conforme segue: Atibaia, Corumbataí, Piracicaba, Jaguari, Camanducaia, Jundiá e Capivari.

e) Os "empreendimentos de caráter regional" serão hierarquizados utilizando-se os critérios de pontuação definidos para o Grupo 2 de empreendimentos, descritos no Artigo 10.

## **3. SUB – BACIAS QUE PERTENCEM À REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS**



A Região Metropolitana de Campinas, constituída por dezenove municípios paulistas, foi criada pela lei complementar estadual 870, de 19 de junho de 2000.

É importante salientar, contudo, que os limites da Região Metropolitana de Campinas, criada pelo Governo estadual, não são coincidentes com os critérios de microrregiões adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Conforme as estimativas para 2004, a Região Metropolitana de Campinas tinha aproximadamente 2.600.000 habitantes, distribuídos em 3.467 km<sup>2</sup>. É a décima maior região metropolitana do Brasil.

#### Municípios da Região Metropolitana de Campinas:

- Americana: Sub Bacia Rio Piracicaba
- Arthur Nogueira: Sub Bacia Rio Jaguari
- Campinas: Sub Bacia Rio Atibaia
- Cosmópolis: Sub Bacia Rio Jaguari
- Engenheiro Coelho: Sub Bacia Rio Piracicaba
- Holambra: Sub Bacia Rio Jaguari
- Hortolândia: Sub Bacia Rio Piracicaba
- Indaiatuba: Sub Bacia Rio Jundiá
- Itatiba: Sub Bacia Rio Atibaia
- Jaguariúna: Sub Bacia Rio Jaguari
- Monte Mor: Sub Bacia Rio Capivari
- Nova Odessa: Sub Bacia Rio Piracicaba
- Paulínia: Sub Bacia Rio Atibaia
- Pedreira: Sub Bacia Rio Jaguari
- Santa Bárbara D'Oeste: Sub Bacia Rio Piracicaba
- Santo Antonio de Posse: Sub Bacia Rio Jaguari
- Sumaré: Sub Bacia Rio Piracicaba
- Valinhos: Sub Bacia Rio Atibaia
- Vinhedo: Sub Bacia Rio Atibaia

# BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ



Figura 1 – Bacia Hidrográfica PCJ – Mapa das Bacias da Região Metropolitana de Campinas

## 4 – CONCLUSÃO

Devido aos 19 municípios da Região Metropolitana de Campinas – SP pertencem às 05 Sub – Bacias da Unidade de Gerenciamento denominada “Piracicaba, Capivari e Jundiaí”, em alguns casos torna - se uma tarefa extremamente delicada e de difícil concretização, ou seja, para enquadrarmos a Região Metropolitana de Campinas – RMC como projeto regional, para solicitação de recursos junto aos Comitês PCJ, obriga – nos pelas atuais regras que determinam um projeto como regional a envolver todos os municípios das Bacias PCJ no pleito da Região Metropolitana de Campinas.

Poderíamos ter traçados algumas combinações de municípios atendidos para equacionar o problema acima mencionado, mesmo assim, seríamos obrigados a trabalhar pontualmente tais municípios contrariando o princípio maior “integração” proposta quando da criação dessa Região Metropolitana.

Situações semelhantes a esta abordada, no presente conclusão, levaram as Câmaras Técnicas e posteriormente o Plenário do Comitê PCJ a criar uma Sub – Bacia ou região de trabalho

denominada Cantareira, sendo referendada como a Região no âmbito das Bacias PCJ, situada a montante das comportas do Sistema Cantareira.

Segundo o mesmo raciocínio adotado para criação d Sub – Bacia do Cantareira, deveriam os participantes da Região Metropolitana de Campinas, caso julguem pertinente oportuno, pleitear junto aos Comitês PCJ uma Sub – Bacia ou região especial denominada “ Região Metropolitana de Campinas” válida especialmente para critérios de pontuação pleiteantes de recursos juntos aos Comitê PCJ.

Embora a praticidade nos recomende individualizar como área de planejamento a região metropolitana de Campinas, não podemos esquecer que estamos trabalhando como gestão de recursos hídricos que adota como área de planejamento a bacia hidrográfica e não qualquer outro tipo de distribuição geopolítica.

Devido a RMC está estruturada e possuir uma Agência de Desenvolvimento, recomendamos que a mesma organize o encaminhamento dos projetos, na sua área de abrangência, ampliando suas possibilidades de captação de recursos.

Caso necessário a RMC poderá complementar tal projeto com recursos financeiros e suplementações técnicas de forma a obter um melhor detalhamento para os 19 municípios de seu domínio.

## **BIBLIOGRAFIA**

AGÊNCIA DE ÁGUA PCJ. *Memória Técnica Simplificada /2006* , 28 p. - Disponível em <[www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br)> (Acesso em 28 Mai 2007).

AGÊNCIA DE ÁGUA PCJ. *Relatório Simplificado de Atividades/2006*, 21 p. - Disponível em <[www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br)> (Acesso em 28 Mai 2007).

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ, *Deliberação Conjunta nº 063/07* – Disponível em <[www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br)> (Acesso em 28 Mai 2007).

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ, *Plano De Bacias Hidrográficas Dos Rios Piracicaba, Capivari Jundiaí 2004/2007* - Comitês PCJ, 47 p.

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ. *Relatório de Situação 2002/2003*. Disponível em <[www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br)> (Acesso em 28 Mai 2007).

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico.  
Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o Metropolitana de Campinas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Campinas) >.  
(Acesso em: 06 Mar 2007)